

Governo civil como autoridade outorgada por Deus*

Greg Johnson

Assim como Deus estabeleceu o casamento e o estruturou, revestindo o marido com autoridade para liderar, também constituiu o governo civil. Os teólogos debatem sobre quando exatamente Deus estabeleceu o governo. Sabemos que o casamento foi instituído antes da Queda. Tenho para mim que o governo é, igualmente, uma parte do desígnio divino original, como autoridade civil embasada no mandado para subjugar a terra e dominá-la (Gn 1.28).

Não houvesse o pecado penetrado o mundo, por exemplo, as autoridades ainda poderiam ser necessárias para construir estradas e estabelecer padrões para pesos e medidas. Nesse caso, o governo seria uma *ordenança da criação*: uma instituição que Deus estabeleceu para sempre na criação. Os cristãos falam historicamente sobre nossas obrigações para com o Estado, ao discutir sobre o quinto mandamento de honrar pai e mãe.

Deus estabelece várias instituições para a ordem social humana, cada qual com sua própria esfera de atividade e missão, mas responsáveis diante dele. Essa *soberania de esferas* é uma noção estranha para muitos. Nas nações totalitárias cada esfera da sociedade é dominada por uma única instituição controladora, normalmente o Estado, como na antiga União Soviética. No Irã revolucionário, entretanto, uma organização religiosa dominou cada esfera da vida, assim como a Igreja Católica Romana buscou dominar a Europa medieval.

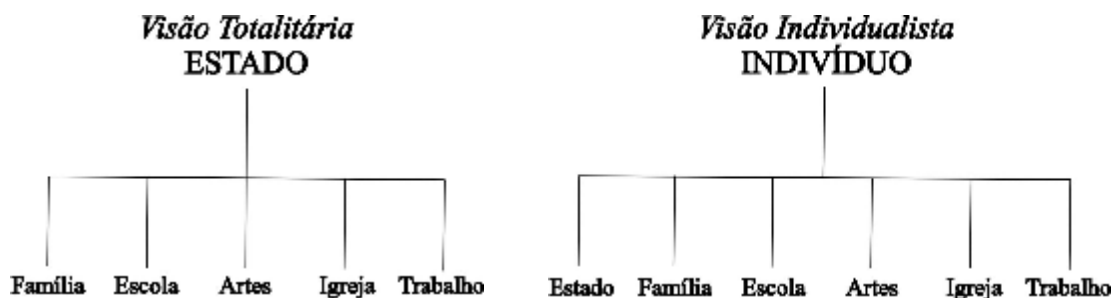
Nos Estados Unidos, em comparação, o indivíduo é visto como a unidade básica da sociedade. As instituições dentro da sociedade são criações de pessoas autônomas. Os filhos podem se separar dos pais, as igrejas são organizações sociais e o governo federal existe mediante contrato social. Essa perspectiva radicalmente individualista não aceita autoridade exceto aquela com a qual o indivíduo concorde.

A visão histórico-bíblica da sociedade não se centraliza no indivíduo nem na simples instituição, mas na soberania de esferas na qual muitas e diferentes instituições funcionam segundo o desígnio divino. Gordon Spykman explica:

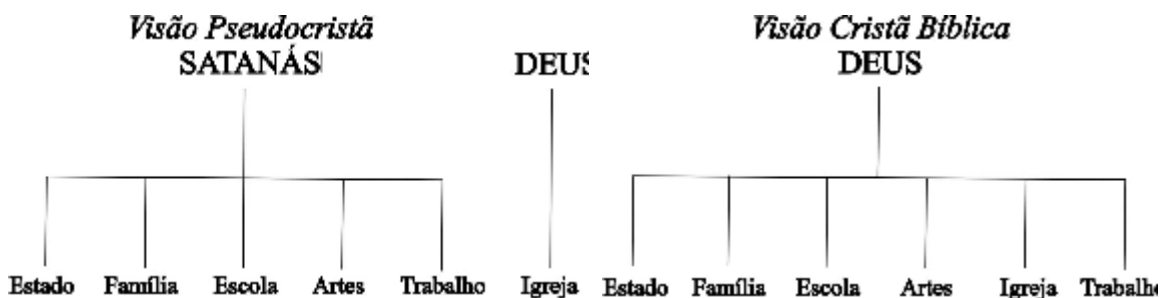
Todos os homens vivem numa rede de relacionamentos divinamente ordenada. As pessoas não encontram sentido ou propósito quer em sua própria individualidade, quer como parte de um todo coletivo. Em vez disso, elas atendem a seus chamados dentro de uma pluralidade de associações comunais, como família, escola e Estado. Deus ordenou cada uma dessas esferas de atividade como parte da ordem original. Juntas, elas constituem a comunidade da vida.¹

* JOHNSON, Greg. *O Mundo de Acordo com Deus*. São Paulo: Vida, 2006, p. 92-101.

¹ SPYKMAN, Gordon. The principled Pluralistic Position. *God and Politics: Four Views on the Reformation of Civil Government*, ed. Gary Scott Smith. Phillipsburg, NJ: Presbyterian and Reformed, 1989, p. 79.



[94]



Se cada aspecto da vida tiver sua origem em Deus, então o governo, como as outras esferas, não poderá ser arbitrário em suas ações. O Congresso dos Estados Unidos recebe sua autoridade para governar de Deus, e não apenas do povo, e é, portanto, responsável perante a lei de Deus.

DE ACORDO COM DEUS, O GOVERNO LEGISLA SOBRE MORALIDADE

Isso significa que o governo pode legislar sobre moralidade? Naturalmente. Toda lei legisla sobre moralidade. Quando fui ao posto de gasolina hoje, estava usando o cinto de segurança. Por quê? Porque o cinto de segurança salva vidas e é errado arriscar a vida humana. Matar é imoral, mesmo que eu seja minha própria vítima.

Mas o que acontece quando um povo de certa nação não é cristão? Pode-se apelar à lei de Deus escrita na criação, a lei natural. Realmente, as partes da Escritura que buscamos aplicar por meio do Estado são precisamente a lei natural. O reformador genebrês do século 16, João Calvino, observa muito bem:

É fato que a lei de Deus a que chamamos lei moral nada mais é do que um testemunho da lei natural e da consciência que Deus gravou na mente dos homens. [...] Conseqüentemente, essa equidade por si só deve ser a meta, a regra e o limite de todas as leis.²

Governo e monarcas vivenciam isso desde a aurora da história da humanidade. O governo não é exclusivamente uma coisa cristã, é uma coisa humana, um dom que Deus outorgou a cada sociedade desde o Éden. Mesmo os governantes pagãos são colocados em seu cargo por um Deus soberano. A autoridade do governo é “serva de Deus para o seu bem” (Rm 13.4). Pedro concorda. Os governantes são “por ele enviados para punir os que praticam o mal e honrar os que praticam o bem” (1Pe 2.14).

² CALVINO, João. *Institutes of the Christian Religion* IV.20.15, trad. John T. McNeill. Philadelphia: Westminster Press, 1960, p. 1504.

Como a lei natural de Deus ainda exerce uma influência restrigente dentro da sociedade (pela graça comum divina), é possível haver um governante competente que não seja seguidor de Cristo. Não tenho de procurar um testemunho cristão antes de votar. Como eleitor, estou menos preocupado se um candidato está salvo e mais preocupado sobre se ele governará de maneira justa.

Eu poderia votar num candidato mórmon ou islamita se ele promovesse uma visão santa para a nação, uma visão que tenha recebido da natureza, senão da Escritura. Como Martinho Lutero, que viu os exércitos otomanos se aproximarem das portas de Viena, eu preferia um turco sábio a um cristão tolo. Na verdade, minha primeira escolha seria um cristão sábio, mas essa nem sempre é uma opção. Quando se trata de assuntos cívicos e morais, podemos cooperar com outros que não sejam cristãos, não como aliados, mas como o que Francis Schaeffer chamou de co-beligerantes, aqueles que lutam contra males aos quais também nos opomos.

Deus nos chama a buscar a reforma das estruturas governamentais corruptas, para conduzi-las à conformação com sua vontade. Não podemos impor nossa religião a ninguém. Vivemos pela mesma verdade quando votamos e quando vamos à igreja aos domingos. Se não fizermos isso, seremos inconsistentes na melhor das hipóteses e hipócritas na pior.

Todavia, o fato de boa parte do conteúdo moral da Bíblia ter sido escrito na criação significa que posso procurar persuadir o Estado a agir justamente, mesmo que ainda nem todos os indivíduos envolvidos tenham se convertido a Cristo. Ao defender um nascituro perante uma audiência secular, por exemplo, não argumentarei que o aborto deve ser proibido porque “a Bíblia diz assim” (embora ela o faça). O argumento será o seguinte: todo mundo sabe que é errado matar um inocente (e poucos discordam disso). Realmente é dever do governo proteger os inocentes, mesmo que sua morte seja extremamente conveniente a muitas pessoas (e poucos discordam disso, pois está escrito no coração de cada um). Uma vez que a ciência demonstra que o feto é um ser humano vivente e sem igual (e tenho fatos para comprovar isso), então a tarefa do governo é proteger os nascituros, mesmo que seja inconveniente para muitos. Tenho feito muitos partidários com esse simples exemplo.

Isso não é evangelismo, mas evangelismo não é o trabalho do governo. Isso é cidadania sob Deus. Podemos restaurar a boa sociedade que Deus nos destinou desde o início, por meios meramente políticos? Certamente que não. Mas podemos ajudar a restaurar alguns aspectos. Somos o sal e a luz do mundo por meio de nossos atos, bem como de nosso evangelho (Mt 5.16).

AS PRIORIDADES DO GOVERNO, DE ACORDO COM DEUS

Que prioridades deveríamos levar em conta na cabine de votação? Que visão Deus tem para o Estado? Vemos na Escritura certas limitações ao poder do governo, como quando Deus julgou a casa do rei Acabe por roubar de um cidadão o que não era legalmente do rei (1Rs 21). E o governo não é o senhor da consciência, por isso regula apenas as ações e não os pensamentos. De modo semelhante, vemos o governo em nosso tempo preocupado principalmente com o relacionamento entre os seres humanos. Nosso relacionamento com Deus acha-se na esfera da igreja (Mt 28.18-20).

No Israel do AT, igreja e Estado estavam conectados pela teocracia, mas hoje não são unidos. Segundo o desígnio divino, César e Deus estão separados (Mt 22.21). Não

obstante, dentro dessas limitações, Deus dá autoridade ao governo para muitas funções vitais na preservação da sociedade.³

1. *Deus nos dá o governo para punir os criminosos.* O estabelecimento da justiça, dando a cada um seu dever, é função do governo desde a Queda. A Escritura diz que a punição para o culpado deve ser aplicada sem favoritismo para com o rico ou com o pobre (Dt 1.17).

Agir com parcialidade nos julgamentos,
não é nada bom.
Quem disser ao ímpio:
“você é justo”,
será amaldiçoado pelos povos
e sofrerá a indignação das nações.
Mas os que condenam o culpado
terão vida agradável;
receberão grandes bênçãos (Pv 24.23-25).

Os cristãos não apreciam falar sobre punição. Mas Deus tem um propósito distinto para o Estado, que não se centraliza na misericórdia, mas na justiça. Como já vimos, Deus estabeleceu os governos para “punir os que praticam o mal e honrar os que praticam o bem” (1Pe 2.13,14).

Pelo menos um crime tem sua punição estabelecida para todas as pessoas na Escritura: o assassinato. Embora o cristão, individualmente, devesse perdoar seu inimigo; e a igreja oferecer a salvação da culpa mediante a fé em Cristo, o papel distintivo do Estado no desígnio divino centraliza-se na justiça. Em caso de assassinato, Deus nos diz que a justiça envolve a morte.

A pena capital, a mais grave punição que o Estado pode aplicar, está fundamentada na aliança divina com Noé, que foi um restabelecimento da ordem da criação. Depois de destruir tudo, menos Noé e sua família, Deus reinstituiu sua aliança da criação e acrescentou certos preceitos para garantir a sobrevivência da raça humana. Um deles foi a execução daqueles que derramam sangue humano:

Quem derramar sangue do homem,
pelo homem seu sangue será derramado;
porque à imagem de Deus
foi o homem criado (Gn 9.6).

Essa não é uma predição de que todo assassino será morto, mas uma prescrição comparável a “não terás outros deuses”. Sabemos pela Escritura que Deus delega essa trágica tarefa ao Estado, a justiça privada (vingança) é proibida nos dois Testamentos.

Em tais casos, Deus requer de nós que enviemos o culpado diretamente a ele para julgamento. Eis por que a Associação Nacional dos Evangélicos, representando 42 mil congregações, 50 denominações e centenas de ministérios para-eclesiásticos, trabalha ativamente para assegurar um justo e fiel uso da mais grave das penalidades. Considere estas palavras extraídas da convenção de 1972:

³ Agradeço a David C. Jones, do Covenant Theological Seminary, cujo curso Christian Ethics ajudou-me a ver a ampla extensão do chamado de Deus ao Estado.

A gravidade de qualquer crime é medida pela penalidade que sobre ele incide. Se nenhum crime for considerado grave o suficiente para atrair a pena capital, então a gravidade do mais atroz delito será diminuída conformemente. [...] Da perspectiva bíblica, se a pena capital for eliminada, o valor da vida humana será diminuído e o respeito pela vida, na mesma proporção, se desgastará.

Contudo, Deus dá ao Estado apenas a autoridade para punir criminosos, o que Paulo chama de *portar a espada* (Rm 13.4). Deus não tem prazer na morte do ímpio, portanto, nem nós deveríamos ter. Uma execução não é razão para comemorar. Mas esse é um trabalho outorgado àqueles a quem Deus deu autoridade civil.

Deus não nos deu uma lista de punições específicas para outros crimes, como fez com o antigo Israel. Temos apenas modelos. Além disso, para punições físicas e capitais, vemos restituições, reembolsos pelo dano, como parte do código legislativo dado a Israel (Êx 22.3).

2. *Deus nos dá o governo civil para garantir oportunidades iguais e justiça social.* Deus deu a Israel, por exemplo, um ano de jubileu a casa cinquenta anos. Os escravos eram libertados; as dívidas, perdoadas, e todos recebiam de volta suas terras hereditárias. Deus ordenou justiça no comércio e protegeu os deficientes dos abusos (Lv 19.13,14). Mesmo dos fazendeiros era requerido que não colhessem nas bordas de seus campos, para que os pobres pudessem apanhar seu alimento colhendo-o nas extremidades dos campos de lavoura (Lv 19.9,10).

As Escrituras estão repletas de cuidados com os desamparados. Deus defende a “causa do órfão e da viúva e ama o estrangeiro dando-lhe alimento e roupa” (Dt 10.18). Trabalhadores estrangeiros, viúvas e órfãos eram as pessoas mais desprotegidas. Deus advertiu o antigo Israel sobre o violento castigo de que se valeria se tirasse vantagem de viúvas e órfãos (Êx 22.22-24). Os profetas invocavam a condenação aos homens de negócios que deixavam de pagar seus trabalhadores (Jr 22.13), o que era considerado uma violação do código mosaico (Dt 24.14, 15). A Escritura revela particular preocupação de que o pobre não seja tratado com injustiça. Isaías amaldiçoou os líderes do governo que utilizavam a legislação para restringir os direitos dos pobres (Is 10.1-3).

3. *Deus nos dá o governo para garantir a saúde e a educação públicas.* As leis que Deus deu a Israel incluíram a construção de um muro ao redor da laje do terraço das casas, para que as pessoas não caíssem de lá (Dt 22.8). A preocupação que está por trás disso é a proteção da vida humana. Deus deseja que o governo se preocupe até com as excreções corporais, regulamentando um local “onde se posso evacuar” e uma forma de cobri-las (Dt 23.12,13). As modernas leis sanitárias e ambientais têm antigos precedentes bíblicos. Considere a legislação para a preservação das espécies (Dt 22.6,7) ou a proteção dos animais domésticos, para que não trabalhem sem a devida nutrição (Dt 25.4).

4. *Deus nos dá o governo para proporcionar a defesa nacional.* Vemos essa preocupação já em Gênesis 14, quando Abraão e seu exército usam a força para resgatar Ló dos reis estrangeiros. Por esse ato que guerra, Abraão foi abençoado por Melquisedeque, sacerdote de Deus, mas recusou-se a continuar a se envolver após ter atingido suas limitadas e justas metas, fornecendo-nos o exemplo de uma limitada guerra defensiva. Deus advertiu contra o espírito militarista que glorifica a guerra, proibindo Davi de construir o templo, porque ele era um homem de guerra (1Cr 22.8).

Não obstante, não há nenhum chamado incondicional ao pacifismo na Bíblia. Jesus elogiou a fé de um centurião romano, o soldado de um exercito ocupacionista (Lc 7.1-10). Enquanto o indivíduo deva sempre perdoar os inimigos e a igreja oferecer o evangelho de Jesus Cristo, o Estado, em sua tarefa divinamente atribuída, deve assegurar a justiça. Em alguns trágicos exemplos, a justiça torna a guerra inevitável. Às vezes, Deus exigia que Israel fosse à guerra (Js 1.1-6). Entretanto, a guerra em si ainda é um mal, embora ocasionalmente necessário, num mundo que se rebela contra Deus.

5. *Deus dá ao governo o nosso dinheiro para cumprir esses propósitos.* Jesus nos ordenou que déssemos a César o que é de César e a Deus o que é de Deus (Mt 22.21). Paulo ordena: “dêem a cada um o que lhe é devido: se imposto, imposto” (Rm 13.7). O dom do governo vem com a obrigação de apoiá-lo com nossos impostos. Enganar a Receita Federal é enganar a Deus e negar-lhe a gratidão por sua proteção por meio do Estado.

Aos cristãos é ordenado viver inteiramente sob sua soberania e não contra ela: “Aquele que se rebela contra a autoridade está se colocando contra o que Deus instituiu” (Rm 13.2). Atendemos ao desígnio divino respeitando humildemente as autoridades constituídas por Deus, até mesmo quando buscamos levar tudo da sociedade – inclusive o governo – mais plenamente sob a soberania divina.